

IMPLICAÇÕES ÉTICAS PROVENIENTES DA UTILIZAÇÃO DE CRIANÇAS COMO SUJEITO DE PESQUISA

MESA REDONDA

PARTICIPANTES

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA — PRESIDENTE
DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO —
ANTROPÓLOGA UNICAMP

MARIA DE FÁTIMA PACHECO JORDÃO —
PUBLICISTA

MARIA NILDE MASCELLANI — EDUCADORA RENOV

MARISA LOBO — PEDIATRA USP

ROSA MARIA S. MACEDO — PSICÓLOGA PUC

ROSA MARIA FISHER FERREIRA — SOCIÓLOGA CEDEC

RUTH CARDOSO — ANTROPÓLOGA USP

SÉRGIO LUNA — PSICÓLOGO PUC



O tema não é novo. Tem provocado angústia, ansiedade ou, mais objetivamente, reflexão em quem lida profissionalmente com crianças, enquanto objeto ou simples sujeito de pesquisa. Daí a origem desta mesa redonda que, reunindo pesquisadores em diferentes disciplinas, trouxe, para discussão, observações, experiências e propostas de solução para os conflitos vividos.

A sistemática dos trabalhos consistiu em registrar os depoimentos dos participantes, que receberam, à guisa de estímulo inicial, um rol dos problemas geralmente discutidos na bibliografia especializada e que segue transcrito abaixo.

- 1) O que seria *abuso* na utilização da criança como sujeito de pesquisa. Formas e exemplos.
- 2) Considera-se que a legitimidade na utilização de pessoas em pesquisa provenha de "consentimento com conhecimento de causa" (consentimento consciente), ausência de coerção, e *informações razoáveis sobre os riscos e benefícios para o próprio sujeito*. Problemas:
 - a) Consentimento: quem dá, a criança, pais e/ou responsáveis? Convergência e divergência de interesse entre os implicados.
 - b) Ausência de coerção. Quando ocorre coerção sub-reptícia. Exemplo: situações de carência (econômica e outras); a desigualdade de poder adulto-criança, o poder do adulto desempenhando certos papéis e ocupando determinadas posições (o médico, o professor, o psicólogo etc.).
 - c) Informações razoáveis: situação experimental envolvendo "engano" ou omissões: possibilidades de compreensão por parte da criança.
 - d) Riscos e benefícios: a descentração na delimitação do *risco* (exemplos: intervenção ao nível de valores; entrada na privacidade do sujeito); *benefícios*: conhecimento no transcorrer da pesquisa de necessidades do sujeito.
 - e) Para o próprio sujeito: extensão para a comunidade, isto é, riscos e benefícios da pesquisa para além do sujeito.

Sérgio: Gostaria de fazer algumas considerações que me ajudaram a situar o problema em discussão. O fato de que estes pontos que recebemos para discutir tenham sido pensados com referência à pesquisa, para mim é meramente circunstancial, pois eu entenderia boa parte destas perguntas e dessas análises para outras situações, considerando que quando se discute, por exemplo, sobre a necessidade do pesquisador obter o consentimento da criança — ou de seus responsáveis — para participar de uma pesquisa, a reflexão em torno desse consentimento deve ser estendida a outras situações. A criança é colocada numa escola que ela não escolheu, em geral para aprender o que não escolheu, para freqüentar uma igreja que também não escolheu e daí por diante. Acho que esta colocação não torna o problema irrelevante, só porque aparece em outras situações, mas pelo menos não torna o pesquisador o culpado, recebendo uma acusação de dedo em riste.

A partir desta colocação inicial posso discutir a primeira questão: o que seria abuso na utilização de criança como sujeito de pesquisa. Acho difícil encontrar exemplos, hoje, de abusos puros e simplesmente em Psicologia. Isto, talvez porque este problema vem sendo discutido há muito tempo; e também, talvez porque a própria prática de divulgação das pesquisas ajude a controlar aquilo que as pessoas, eventualmente, farão. Então, a palavra *abuso* me parece, hoje, pesada para se usar com relação à pesquisa. Eu diria que podem ocorrer usos inadequados de crianças como sujeito de pesquisa ou procedimentos inadequados para serem utilizados com crianças. Porém, gostaria de dar exemplos no sentido oposto, isto é, de procedimentos que considero corretos ou adequados. Uma tendência que venho observando atualmente, principalmente no campo da pesquisa aplicada, é a de colocar a criança participando também no processo de decisão: o psicólogo não mais analisa isoladamente o problema e impõe um procedimento à criança. A tendência, hoje, em psicologia da educação, é a de discutir o problema com a criança e envolvê-la no procedimento, utilizando-a para observar ou registrar seus próprios comportamentos.

Apesar desta nova tendência, ainda são realizadas pesquisas em que a proposta inicial é feita para o diretor da escola, que avisa a professora que, então, diz para a criança: "Olha, tem um tio (ou uma tia) esperando vo-

cê na outra sala". E só então a criança vai se defrontar com uma pessoa que nunca viu, que está lá para utilizá-la, tendo objetivos que ela continua desconhecendo.

Agora, no campo da chamada pesquisa básica — que é onde se constata situações semelhantes a esta que descrevi — vou mais além e me pergunto qual o sentido de explicitar os objetivos da pesquisa para uma criança, mesmo usando terminologia adequada. Pergunto também, do ponto de vista da moral, qual é o prejuízo que pode haver em a criança desconhecer o objetivo último da pesquisa, bem entendido, em certas circunstâncias e em certo sentido. Acho que poderei ser acusado de aceitar uma moral meio flexível, meio elástica, mas, honestamente, é isto que eu estou fazendo na prática, e neste momento realmente me exponho. Acho que a decisão de não colocar o sujeito a par dos objetivos da pesquisa não deveria ficar exclusivamente a critério do pesquisador. Mas também acho que eliminando as possibilidades de risco para a criança — por exemplo, os que já foram levantados, como intervenção ao nível dos valores ou violentação da intimidade do sujeito — a questão ética fundamental se refere ao significado da intervenção.

“... o pesquisador deve assumir a responsabilidade pela produção de conhecimento.”

E aí, o que se impõe é uma análise a ser feita, e muito bem feita, pelo pesquisador e outras pessoas, ponderando sobre custos versus efeito. Quero dizer: quanto custará o conhecimento produzido a respeito de uma criança? Em suma minha posição hoje é a de que a pesquisa, principalmente a pesquisa básica, não deveria ser feita pelo simples conhecimento teórico. Ou se demonstra que a pesquisa planejada trará, a longo ou a médio prazo, um benefício no sentido de que o conhecimento poderá, o mais rapidamente possível, ser aplicado ou eu, pessoalmente, daria preferência a outro tipo de pesquisa. Portanto, considerados todos estes pontos, acho que a ignorância que possa ter sido impingida ao sujeito quanto aos objetivos da pesquisa não constitui o problema mais grave. Estes outros problemas me parecem mais sérios.

Gostaria, para terminar, de discutir o item relativo a riscos e benefícios. Já comentei sobre o risco: a intervenção ao nível de valores e a entrada na privacidade do sujeito. Mas discordo da afirmação de que o fato de a pesquisa produzir conhecimento sobre uma criança seja, em si, um benefício para essa criança. Considero que o saber só pode se tornar um benefício para o sujeito, se o pesquisador assumir a responsabilidade pela produção de conhecimento. Se for capaz de assumir que “agora que eu sei disso a respeito deste sujeito vou ter que fazer alguma coisa”. Acho que em princípio é só.

Marisa — Eu gostaria de falar agora, justamente porque as coisas não se passam bem assim na minha área — Pediatria Clínica. Em Medicina, a pesquisa continua sendo feita com abuso; eu considero abuso submeter a criança a situações aversivas, traumáticas, apavorantes, por longo tempo ou por curto tempo. Na medida em que a técnica, em Medicina, se especializa, as crianças são submetidas, cada vez mais a punções biópticas, a punções venosas, mas para retirar grande quantidade de sangue, necessitando agulhas apavorantes e o consentimento nunca é pedido à criança, é pedido aos pais. E os pais consentem, muitas vezes por medo de desagradar aos médicos. E como instrumento de tortura mais terrível, que eu tenha visto até hoje em relação à criança, é a mesa metabólica. É uma cama de lona com dois buracos, pelos quais a criança evacua e urina, onde ela fica amarrada até 72 horas para não se perder os dejetos e se estudar o metabolismo hídrico, hidro-salino, durante crises de diarreia. Isso se faz e se admite fazer e se ensina a fazer, dentro da Pediatria. Eu quis depor em seguida ao Sérgio porque, na minha área, em Pediatria Clínica, o abuso em pesquisa não é algo que esteja começando, está adiantado, acho até que está — pelo menos na tradição de pesquisa clínica liderada pelos americanos — se acelerando, se avolumando de maneira assustadora. Na medida em que as agulhas de biópsia foram aperfeiçoadas e o risco de lesão orgânica com hemorragia interna se tornou menor, hoje crianças com bronco-pneumonia são punccionadas para se saber qual é o germe que está no pulmão, crianças com icterícia são punccionadas para se saber qual é a origem da icterícia. No recém-nascido, continua se fazendo punção de fontanela como local de melhor colheita de sangue, muitas vezes para exames desnecessários. A pesquisa nem sempre é feita sob o rótulo efetivo de pesquisa; muitas vezes se fala em diagnóstico precoce, avaliação diagnóstica. Mesmo quando os pais consentem no uso da criança para determinadas pesquisas não têm nenhuma idéia do risco real a que o filho está sendo submetido. No dia a dia das enfermarias, de indigentes principalmente, temos um grande número de crianças submetidas a pesquisas de todas as ordens e com possibilidades de lesões físicas graves. Nem me arriscaria a falar quanto à possibilidade de lesões psicológicas, através desse tipo de experiências. A própria condição de criança doente e entregue a estranhos já torna o ambiente tenso: a criança quando hospitalizada nunca está livre de tensão.

Na Europa tem havido uma salutar revolta contra este tipo de violência, como se observa através de certas publicações médicas. Mas entre nós, dentro do hospital, principalmente universitário, o abuso me parece se intensificar. Nós estamos apenas começando, no Brasil, a usar esses “brinquedinhos” novos. Por outro lado, quando se indaga a respeito de conhecimento razoável que o sujeito deva ter para consentir em sua participação na pesquisa não seria o caso de explicar ao lactante e ao pré-escolar. Mas para o escolar e para o adolescente a tentativa de

"... talvez a gente ainda tenha muita criança submetida a abuso, a tortura, realmente."

explicação é muito pior; não se explica a um rapaz de 16 anos que se vai enfiar uma agulha no seu rim, e que isso pode causar uma lesão, e que ele pode até perder o rim. Eu não tenho uma posição ética firmada, eu não sei se é mais ético não explicar, quando a biópsia é necessária, ou tentar explicar, receber a recusa e precisar fazer a biópsia, a despeito da recusa dada. Nós temos uma dificuldade grande em discriminar o que é a pesquisa aplicada, absolutamente necessária, para o cuidado clínico e o que é a pesquisa aceita como um avanço a mais de conhecimento, no momento em que se trata a criança. Acredito que, com a melhor das intenções, aqueles, dentre nós, que têm maior conhecimento científico, através de literatura, são justamente os mais ousados e os que menos respeitam o problema da violência contra a criança, nesse tipo de pesquisa. Com toda a deferência pelos ilustres colegas que continuam fazendo esse tipo de coisa, acho que se a comunidade científica, de um modo geral, não tomar conhecimento do que ocorre, atualmente, dentro da Medicina, como um campo específico, talvez a gente ainda tenha muita criança submetida a abuso, a tortura, realmente. Como última contribuição, em relação a riscos e benefícios, na pesquisa clínica sempre houve um risco que não é considerado como risco de pesquisa: é o risco da intervenção terapêutica, considerando os exames subsidiários como um risco potencial. Qualquer anestesia, qualquer cirurgia, qualquer biópsia tem o seu risco potencial, mas nas publicações científicas, os acidentes que ocorrem, mesmo fatais, nunca aparecem como riscos de pesquisa, ficam sempre na vala final comum do risco de procedimento. Eu acho que, por enquanto, é só.

Rosa Macedo -- Acho que alguns problemas éticos não são específicos à pesquisa no campo em que eu trabalho — Psicologia do Desenvolvimento — mas que devem ser generalizados para a área clínica. Aqui vejo, por exemplo, o problema intimidade, relacionado ao uso de técnicas projetivas ou de observação, sem que o sujeito saiba exatamente quanto está se expondo sem saber ou mesmo sem querer. Esse é um problema ético, sério, que a gente tem enfrentado sempre e discutido muito porque me parece existir algumas possibilidades de ser contornado. Retomando o exemplo do Sérgio, quando se vai fazer uma pesquisa em escola, ou na família etc., a gente tem procurado explicitar ao máximo as finalidades da pesquisa e seus objetivos, para os

responsáveis, sempre considerando que a criança, principalmente as menores, são incapazes de tomar decisão sobre o seu procedimento e arcar com as conseqüências que sua decisão envolve. E é verdade — isto também precisaria dizer — que há uma tendência muito grande, quando se vai pesquisar em escola de, uma vez obtido consentimento da direção, as professoras procurarem escolher os sujeitos de pesquisa: "leva este, leva este", porque provavelmente já há problema que elas imaginam, ou querem, que a gente resolva. Quando a gente percebe e tenta discutir, a dificuldade que aparece é a de convencê-la que seu pedido está fora das finalidades da pesquisa, que a gente poderia discutir isso numa outra ocasião e assim evitar um enviesamento da amostra pelas necessidades da professora que não foi informada do uso que poderá fazer desses dados. Em termos da clínica psicológica, o problema sério também é este: quando se faz, por exemplo, uma pesquisa sobre inter-relacionamento familiar e a gente quer saber a percepção que a criança tem da família, o tipo de relação que a criança tem com o pai, com a mãe etc., até que ponto é lícito pedir apenas o consentimento da criança, dado que, na maioria das vezes, ela não entende as conseqüências ou os objetivos últimos da pesquisa. Então, teria que se pedir o consentimento dos pais, com os riscos de perder muitos sujeitos porque, evidentemente, é o direito que assiste a cada um querer ou não participar de uma pesquisa, parar ou não no ponto que achar que deve. Apesar das muitas discussões, publicações e regras éticas, certas decisões ficam sob a responsabilidade única e exclusiva do pesquisador. Por exemplo, avaliar até que ponto se pode avançar para obter dados e como se pode usar estes resultados, evidentemente mantendo o anonimato, mantendo todas as outras exigências feitas para proteger a intimidade do sujeito. Isto é um problema sério e é um problema que, muitas vezes, não é colocado aos psicólogos que usam certos tipos de técnica.

Quando, por exemplo, é uma equipe que está fazendo a pesquisa, cujos resultados vão ser discutidos em grupo, é o caso do grupo propor, discutir, como juízes mesmo, chegar à conclusão de até onde se pode ir, o que se pode fazer e dar conhecimento ao sujeito: "vindo aqui você está sujeito a ser observado e o seu caso vai ser discutido em grupo, você não será identificado etc., mas os dados serão usados para exemplos ou serão discutidos numa equipe", ou coisa que o valha. Eu acho, em última análise, que a responsabilidade cai muito sobre a pessoa do pesquisador, por mais que se queiram estabelecer regras, por mais que a gente esteja de acordo quanto aos princípios comuns de que o sujeito é livre de participar ou não, que o sujeito deve conhecer os objetivos da pesquisa, que o sujeito não deve ser submetido a procedi-

"... até que ponto se pode avançar para obter dados?"

mentos abusivos, chocantes, traumatizantes etc. Mas também pergunto até que ponto, em Psicologia, a gente pode avaliar quais são os efeitos prejudiciais, a longo prazo, de um procedimento que se vai usar. Para nós são problemas sempre abertos e a serem discutidos em cada momento, em cada passo que a gente dá, mesmo na prática diária de Psicologia.

R_{uth} — Eu sou antropóloga de formação e eu não tenho, nunca tive, digamos, criança como objeto privilegiado de pesquisas. Crianças fizeram parte de pesquisas que eu fiz ou que eu dirigi mas, na verdade, sempre como parte de um grupo doméstico, como parte da família, ou às vezes, como informantes privilegiados porque permitem um certo tipo de informação — problema esse que cabe exatamente aqui na nossa discussão — mas eu não tenho nenhuma, digamos assim, familiaridade com a problemática específica da criança. Isto é importante porque daí decorre o que eu vou dizer. Mas, de qualquer maneira, até onde eu ouvi, aqui, tanto do que foi dito pelo Sérgio como pela Marisa, um pouco pela Rosa, exatamente por causa desta minha posição de não ter trabalhado especificamente com criança, eu ficava pensando: será que esse é um problema específico da criança? E eu ainda não achei bem que fosse, quer dizer, talvez vocês precisem me convencer de que seja. Eu acho que esse problema é um problema de ética de pesquisa muito mais geral. Porque, afinal, o que nós estamos discutindo? Nós estamos discutindo o problema do consentimento que deve ser dado a qualquer pesquisa e o problema dos riscos que, enfim, alguém que está sujeito a uma pesquisa corre.

“... será que esse é um problema específico da criança?”

Eu acho que se nós pensarmos, começando pela área mais fácil, que é a área de Medicina, onde realmente me parece que os abusos são maiores, — foi quando nós ficamos todos, aqui, realmente estarecidos. Eu estava, assim, pensando em coisas como: a gente deve ou não deve perguntar às crianças se elas querem responder a um questionário. E, de repente, a gente se defronta com a problemática de uma violência incrível, que é específica da Medicina e dirigida contra nós todos. Eu também fico em pânico cada vez que eu vou fazer um exame, porque o médico não se dá ao luxo de me explicar nada. De modo que eu acho que está aí atrás realmente um problema muito grave, que tem que ser discutido pela criança e pelos adultos, porque o próprio consentimento do pai, então, não tem o menor valor, realmente.

O que, a meu ver, teria que ser colocado — e aqui eu vou discordar um pouquinho do que a Rosita disse — não sei se a gente tem que pensar a ética em termos de responsabilidade de cada pesquisador; isto é básico. A gente supõe que inclusive a comunidade científica tem que ter algum controle sobre os seus membros, de tal maneira que nós não possamos ter um sádico ou um maluco completo fazendo pesquisas. Que tipo de controle se poderia ter ou não é um outro problema. Mas, de qualquer maneira, uma das formas de recolocar esta discussão é de que ela seja colocada no bojo das próprias inovações, especialmente as inovações técnicas. Quando se inventa a tal nova agulhinha, alguém considerou seus riscos e custos, durante os anos em que essa agulhinha foi sendo aperfeiçoada, ainda enquanto pesquisa de laboratório, quando ela não estava sendo aplicada? Eu tenho a impressão que estes riscos e custos apareceram no discurso de alguns — provavelmente até meio marginalizados da comunidade — só depois que estas inovações foram aplicadas. Acho que com as técnicas psicológicas talvez se possa dizer a mesma coisa. Mas no momento da própria elaboração, que é lenta, de uma nova técnica de trabalho, se essa discussão for feita, ela é efetiva; a posteriori ela é muito menos efetiva porque ela já entra dentro de um sistema em que o próprio poder das pessoas que têm saber elimina a nossa possibilidade de atuação, pelo menos nesses casos mais violentos. Então, me parece que esse problema do consentimento não resolve muito a questão — mesmo que nós tivéssemos toda a possibilidade de explicar, detalhadamente, e que as pessoas tivessem a possibilidade de entender, fossem elas crianças ou adultos, de classe social ou de situação social diferente. Para mim, a mesma problemática se coloca quando vou pesquisar numa favela, por exemplo, onde eu e Rosa Maria trabalhamos e onde fazíamos algum esforço de explicar a razão da nossa pesquisa. Realmente, estou convencida de que o entendimento não era completo, quer dizer, se eu dependesse de um consentimento consciente, realmente não poderia ter feito esta pesquisa. Agora, aí levanto um outro problema: o que nós estamos chamando de um consentimento consciente? Porque exatamente uma das coisas que aconteceu, nessa pesquisa da favela, quando a gente tentava explicar que se ia escrever um livro sobre a classe baixa, como é que viviam etc. etc., alguém disse à Rosa: “Nós somos a farinha e os ovos que você vai usar para fazer um bolo muito grande. Quando o bolo estiver pronto, você vai dividir com os seus amigos e não vai se lembrar de reservar um pedacinho para nós e sem nós você não faz o bolo”. Quer dizer, eu acho que esta frase mostra claramente que, mesmo numa situação onde realmente a consciência do objetivo não existe, existe a consciência de estar numa situação particular de interação, e isso é importante porque eu acho que isso cria a situação na qual as pessoas podem reagir. Realmente, essa mulher disse isto, mas ela se propunha a ser um objeto de pesquisa, de alguma maneira, porque se ela não se propusesse, ela não nos teria dado nenhuma entrevista, como outras tantas pessoas não deram e depois se convenceram, talvez, de que poderia ser mais inócuo do que

pensaram ou então voltaram a se aproximar, voltaram a acreditar. Eu acho que é importante a gente sair um pouco da problemática do consentimento racional e objetivo, para ver que qualquer interação humana implica numa reação, de alguma maneira, e que, num certo sentido, se não há possibilidade de se explicar detalhadamente o objetivo para uma criança, ou para uma pessoa de classe diferente, de língua diferente ou de costumes diferentes — enfim, todos os tipos de barreiras que impliquem numa relativa segregação — na verdade, essas pessoas têm à sua mão alguma possibilidade de reação, nos nossos casos. Talvez, no caso da Medicina seja um pouco diferente. Era isto que eu queria colocar.

Rosa Maria — Acho que ficaria mais lógico até eu continuar, porque a Ruth e eu trabalhamos juntas, nessa pesquisa, e tivemos uma longa experiência acerca desse problema da interação com o sujeito — não com o sujeito específico criança, mas criança inclusive. Além dessa pesquisa que nós fizemos na favela, pelo Cebrap, na ocasião eu continuei a minha interação com os favelados, para fazer minha pesquisa de mestrado e nela dei muita atenção às crianças. Existiam na favela muitas crianças e elas eram informantes importantes para o meu trabalho. Hoje, estou dirigindo uma pesquisa absolutamente só com crianças. Estamos trabalhando num ponto que eu acho que vai mexer com vocês, porque o objeto do nosso trabalho são os valores e as expectativas de crianças, e não de quaisquer crianças, mas de crianças marginalizadas que tenham cometido ou estejam em vias de cometer infrações legais. Em resumo: "os trombadinhas". Exatamente como a Ruth iniciou o depoimento dela, eu ia iniciar o meu. Acho que o problema não é específico da criança como sujeito de pesquisa, mas de qualquer sujeito de pesquisa e, principalmente, da interação que se estabelece com ele. Todos esses problemas — do consentimento, do respeito, dos limites que se deve estabelecer — ocorrem em todas as situações de pesquisa. Outro ponto que eu queria salientar, que acho que está dentro daquilo que você colocou, é a respeito da classe à qual pertence esse sujeito de pesquisa. Todos os trabalhos que nós fizemos, fizemos com pessoas de classe baixa, com pessoas que, do ponto de vista sócio-econômico, são consideradas marginais da sociedade. Um problema ético muito grande do investigador é que essas pessoas não têm muitas defesas con-

"... apesar de depois nós discutirmos, no momento não tivemos prurido algum em avançar barraco adentro."

tra o investigador, que é sempre de classe mais alta do que a delas. Isto nós discutimos há pouco — está aqui presente a Rosa Castro, que faz parte da minha equipe — quando estivemos visitando as casas das famílias de um grupo de meninos que vivem na rua, embora tenham suas famílias. Esses meninos dormem e comem por aí e, eventualmente, a cada 10 ou 15 dias, vão até a residência da família, normalmente um barraco de favela, e vão levar dinheiro, com o qual ajudam a renda da família ou, às vezes, sustentam literalmente a família. Então, esses meninos quiseram mostrar para a gente que, apesar de viverem na rua, eles tinham família e nos levaram para conhecer suas famílias. Nós íamos discutindo, no caminho de volta, que nenhuma daquelas mães teve o direito de não nos receber. Se qualquer indivíduo bater na minha porta e disser: "olha, eu queria que a senhora respondesse a um questionário" ou "eu vim bater um papo com a senhora", eu simplesmente digo a ele que não, ou eu mando a empregada dizer que não, ou eu bato a porta. E nós entrávamos barracos adentro — geralmente barracos de um só cômodo — ou seja, a privacidade era totalmente invadida. Nos barracos de mais de um cômodo, inclusive, eles nos levavam a ver que o barraco tinha mais de um cômodo e então nós entrávamos no quarto do casal. E nós éramos absolutos desconhecidos, eles tinham medo da nossa presença porque eles não sabiam, claramente, qual era nosso objetivo. Então, além de tudo o que foi dito aqui, eu queria reiterar a parte do abuso, quando nós nos relacionamos, como pesquisadores, com as classes baixas. Realmente, apesar de depois nós discutirmos, no momento não tivemos prurido algum em avançar barraco adentro. É muito pequena a quantidade de reação, de hostilidade à nossa presença, apesar da gente saber que eles, eventualmente, nos hostilizariam se tivessem condições de fazer isso. Mais um exemplo que posso trazer é uma experiência que vivemos, esta semana, numa das favelas, onde levamos um teatro de fantoches para apresentar para as crianças. Esse era um meio que estávamos usando para, mais tarde, discutir o conteúdo da peça apresentada com algumas meninas da favela. Estávamos preocupadas com a visão que essas meninas tinham do papel da mulher contraposta à visão que seus irmãos, que estavam na rua, tinham do papel da mulher e da relação homem-mulher. Então, levamos esse teatro de fantoches, que contava uma estória acerca do papel da mulher, exatamente para estimular depois a discussão com elas. Então, algumas crianças presentes na platéia eram nossos sujeitos de pesquisa e outras crianças não eram. Nós preparamos toda essa situação com várias visitas, onde a gente avisou todo o pessoal da favela de que haveria o teatrinho e a gente sentia, por parte de todas as crianças, fossem ou não sujeitos da pesquisa, uma expectativa muito grande em ver o teatro. Houve toda a montagem do palanquezinho e houve um disco tocando música, que chamava a atenção e, no entanto, apesar disso, houve uma atitude, por parte das mães, de não permitir que as filhas fossem. Então, tivemos que ir, de casa em casa, reiterando nosso convite para que as crianças fossem assistir ao teatrinho. Então, na medida em que es-

sas mães podiam, de alguma forma, impedir a nossa relação com as crianças elas tentaram impedir. Mas, geralmente, quando chegava lá a dona Rosa Maria, vestida de dona Rosa Maria, com o carro parado na entrada da favela, elas não tinham como dizer: "não, eu não vou permitir que a minha filha vá assistir ao teatrinho". Acho que é só.

Manuela — Sendo a penúltima, é a minha vez. Eu repetiria primeiro coisas que já foram ditas aqui. Pelo que entendi, o convite que me foi feito foi para falar sobre a relação do pesquisador com as comunidades indígenas, dentro de um tipo de trabalho que eu já pratiquei. Acontece que eu fiquei, primeiro, um pouco perplexa com isso, um pouco na mesma linha do que a Ruth e a Rosa Maria falaram, na medida em que essa questão da violência ultrapassa a questão da criança, certamente, mas é particularmente visível na relação que se tem com os índios. Então, já que suponho que é o que vocês querem ouvir, eu falarei um pouquinho disso. Embora ache que há semelhanças globais com as situações aqui descritas, também há diferenças específicas de que eu vou falar mais adiante.

O que foi apontado por todo o mundo que falou, na realidade, foi uma questão mais ampla, que é a seguinte: o pesquisador tem um tipo de autoridade que lhe é particular que, talvez, na Medicina, seja mais flagrante, mas que está presente em todas as outras atividades — que é o de ser portador de um saber científico validado por instituições, por academias, por escolas, por publicações, enfim, por todo um aparato e que é uma arma extremamente poderosa: isso ficou muito claro na exposição da Marisa. Ouvindo-a, me ocorreu até o seguinte: você falou do consentimento que não era pedido aos pais e eu me lembrei de um caso recente e ainda mais flagrante em que a oposição formal dos pais foi contestada na Justiça e vencida: foi um caso de testemunhas de Jeová que recusaram que o filho tomasse sangue e, no entanto, na Justiça, o saber médico venceu. Acho que é um caso muito elucidativo, e que mostra bem esse poder científico, com todo o seu aparato de apoio. Portanto, acho que, quanto ao consentimento, o problema não é só o da explicação, porque a explicação é sempre desigual e isto não apenas para crianças: quando nós vamos ao médico ele também não nos explica nada, ou melhor, a explicação que nos é dada move-se dentro de um modelo científico que só podemos recusar em bloco (por exemplo, abandonando a alopatia pela homeopatia), mas que não podemos, por não dominar o modelo e seu jargão, contestar de dentro, no detalhe. Mas há justamente a cautela institucional de que "o médico sabe". Parece-me que isso aponta para um outro tipo de consentimento, que é muito mais na linha do que o Sérgio dizia, já desde o início, que é a questão da responsabilidade, do famoso benefício. Que benefício a gente traz? O conhecimento das ne-

cessidades? Mas esse conhecimento é dado em função de um discurso científico, quer dizer, o médico sabe, dentro da sua visão do mundo, o que o paciente necessita. É uma necessidade que lhe é ditada pelo seu modelo. Certamente é contestável, existem outras.

Me lembrei do seguinte, porque esse assunto, no fundo, é um assunto que eu não sei até que ponto os psicólogos e médicos têm pensado, mas, certamente, antropólogos e sociólogos têm se perguntado bastante: "afinal, o que é que valida nossas pesquisas"? e há uma certa má consciência, generalizada, que vem trabalhando as pessoas. "Na realidade (isto sobretudo em Antropologia) quem garante que o que eu estou dizendo sobre a comunidade tal seja a expressão da verdade? Qual é o critério de validade disso aí?" Ao que alguns respondem: "os únicos a saber são os próprios portadores da cultura, e só eles sabem." E com isso se substitui, a meu ver, a ideologia do pesquisador pela do objeto. Eu acho que este é um problema meio mal colocado, porque esquece justamente essa dimensão de que nós estamos nos movendo dentro de um discurso científico, estamos lidando com isso, quer conscientemente, quer não e que tal discurso não se dá ao mesmo plano do discurso dos portadores da cultura: uma coisa é a pesquisa, que é portanto sempre feita dentro do modelo do pesquisador, e outra coisa é o tipo de relação que se tem com o grupo, ou pessoa, que é pesquisado. Aí é que entra, me parece, a questão do contrato, da responsabilidade, que o Sérgio levantou, ou seja, quando, por exemplo, a gente vai numa comunidade indígena e diz: "eu vim estudar vocês" e eles respondem como o pessoal com quem a Rosa Maria trabalhou: "e o bolo? Do bolo o que é que eu ganho, que fatia é a minha?", acho que aí sim deve haver um engajamento, que pode existir ou não na prática, mas que deveria existir. Acho que há um código de ética realmente a se fazer em cima disso, de dizer "eu estou fazendo um discurso científico sobre vocês, mas por outro lado, eu fico solidária de um projeto que é de vocês, e não pretendo substituir vosso discurso pelo meu." Isto sim é ouvir os outros. Este, me parece, é um ponto importante, porque essa autoridade que temos e que nos é dada em outro plano, no plano acadêmico, não deveria ser a de substituir pelo nosso discurso o discurso deles. São dois planos que devem ser pensados meio separadamente. Acho que até aqui, isto é válido geralmente, sendo que a distinção entre os dois planos de discurso é mais difícil de ser feita em ciências humanas.

Agora, isto posto, creio que há diferenças a serem consideradas entre a prática de antropólogos e a de psicólogos. No caso específico dos índios, todo mundo sabe (talvez nem todo mundo) que índio não é criança e que eles têm perfeitamente uma capacidade de escolha entre

"... índio não é criança (...) por outro lado, criança também não é índio."

opções, que eles têm projetos autônomos dentro de uma organização e de valores próprios. No entanto, muita gente, e sobretudo a FUNAI, pensa saber o que melhor convém às comunidades indígenas, dentro de uma ótica desenvolvimentista que não é necessariamente a deles. Por outro lado, criança também não é índio. Acho que estas coisas são importantes de serem ditas, pelo seguinte: a criança não é índio, na medida em que, ao contrário do índio — que não tem necessariamente de incorporar e compartilhar valores da sociedade neobrasileira que o rodeia —, uma criança vai ser forçosamente um adulto e por isso é socializada dentro de um universo em que, afinal de contas, as regras são dadas pelos adultos. A gente esquece um pouco isto, quer dizer, há coerção, há forçosamente coerção, no universo da criança que está destinada a ingressar num mundo que já é dado pelos adultos, ao passo que índio não necessariamente. Seria uma visão meio simplista do progresso, de que índio tem que passar para o nosso mundo de valores. Eu não sei, isto é mais uma pergunta a vocês: eu me pergunto se o universo simbólico e os valores infantis têm, do mesmo modo ou no mesmo grau, uma existência em si e por si e que podem ser integralmente respeitados, na medida em que o processo de socialização é inevitável e desemboca na reprodução, por parte da criança, de uma grande parcela de valores e representações do mundo adulto.

Maria Nilde — A minha experiência toda de trabalho e de vida está ligada à área de educação no âmbito da escola de ensino médio, da universidade e do chamado trabalho em comunidades. Quando fui convidada a participar, fiquei pensando o que poderia dizer dessa experiência que eu carrego, como alguma contribuição para o problema que está em debate. Devo dizer, inicialmente, que a minha preocupação é bastante remota, ela quase que começa pelos idos de 1960 quando, lecionando no Interior, para estudantes de escola normal, nós desenvolvíamos uma prática com as crianças dos grupos escolares e verificávamos que não havia a menor adequação entre a possível proposta pedagógica, ou o próprio curriculum oferecido, e a realidade de vida dessas crianças, que residiam numa cidade tida como estância, cercada de sítios e fazendas. Nós começamos a colocar essas crianças fora da escola, a indagar o que era essa cidade, essa realidade social mais ampla, que extrapolava os muros da instituição, para que, dessas sondagens e desses contatos, pudessem obter elementos para discussão em sala de aula. E essas crianças, postas em situação de contato com adultos ou com outras crianças, questionaram, assim, desde muito cedo, não a título de pesquisa, não a título de sondagem, mas na medida em que elas faziam perguntas e obtinham respostas e se defrontavam com situações que, para elas, eram totalmente novas. O que elas poderiam fazer, inicialmente,

com aquelas pessoas que viam? Então, no meu modo de entender, essa primeira visão era quase que uma visão assistencialista, muito freqüente no comportamento das pessoas menos preparadas e menos avisadas para com a problemática social. E a gente pode discutir com meninos — de 10 a 12 anos — que não era um fazer para, mas era conviver com aquelas pessoas e verificar o que, conjuntamente, se poderia fazer. Contarei, inicialmente, uma experiência que estimulou muita discussão. Naquela ocasião, havia, dentro do programa do Governo, o chamado empréstimo ao pequeno lavrador. Esse empréstimo era dado através do Banco do Estado, mediante o preenchimento de uma ficha cadastral, e o empréstimo poderia significar dinheiro, fornecimento de adubo, de sementes etc. e de algum implemento agrícola. Conhecendo a condição precaríssima na qual viviam os trabalhadores rurais e tendo conhecimento do plano governamental, os meninos se perguntavam como é que aquele plano poderia chegar até aquelas pessoas que, como ponto de partida, já eram analfabetas e nem podiam ler o plano. E o espanto aumentou quando chegaram as tais fichas cadastrais para serem preenchidas e as pessoas não sabem escrever e solicitam a esses estudantes, então ginasianos, que as preencham. E mais do que isto: na cidade não havia Banco do Estado e então alguém deveria ir à cidade mais próxima e a cidade mais próxima significava viajar de trem uma hora e meia para levar todas as fichas ao Banco do Estado. Mas os estudantes ginasianos não poderiam assinar pelos lavradores. Então consultando o advogado e outras pessoas da Casa da Lavoura, engenheiros agrônomos, descobriram que o sitiante, o colono etc. poderia simplesmente colocar a digital. Isso impressionou muito os meninos, quer dizer, como é que uma digital, posta num documento, significa a identidade do sujeito. E o que é que tem a ver, então, a aprendizagem da leitura e da escrita, a alfabetização com os direitos que a pessoa possa a vir a ter numa sociedade. Eu vou resumir bastante esta história, mas ao mesmo tempo em que esses estudantes ginasianos partiam, assim, para o que eles chamavam de pesquisa — que pesquisa é uma palavra muito importante, mas a gente mais modestamente deveria chamar de levantamento, diagnóstico, sondagem ou coisa do gênero — eles começaram a se preocupar que se iam obter informações para o estudo deles, para o debate deles, para a programação escolar, para aprofundamento de conhecimentos e o que eles iam fazer com essas pessoas.

Então, para esses ginasianos me pareceu muito importante a atitude que eles assumiram de dar um retorno, quer dizer, na medida em que eles obtinham dados, ofereciam alguma coisa em troca e essa oferta era o que eles sabiam fazer; desde essa prestação de favores, que eu chamaria de encaminhar até o Banco o preenchimento de ficha cadastral, verificar sementes e tudo mais, mas depois desenvolveram uma contrapartida, um trabalho de alfabetização que, naquela ocasião, se configurava como necessidade dessas pessoas.

De modo que remontam praticamente dessa época as minhas preocupações entre a relação que possa exis-

"... não precisou de muita sociologia para essas crianças entenderem: 'esse espaço é nosso'..."

tir do fazer pesquisa e do respeitar o pesquisado, o elemento humano, seja adulto, seja criança. Posteriormente, vou me deparar com uma situação de levantar dados de clientela de grupos escolares, de curso primário, com vistas a uma programação educacional considerada de tipo experimental para a escola secundária. E o contato com essas crianças se deu através de entrevistas, com o preenchimento de alguns dados por escrito e uma outra forma, assim, oral, com reuniões, discussões. Quando a gente explicava que os dados que elas estavam oferecendo tinham por objetivo permitir a preparação de uma programação educacional, a nosso ver, mais eficiente, mais adaptada às necessidades deles, muitas dessas crianças, meninos e meninas, perguntavam se, ao mesmo tempo que eles davam essas informações a respeito de tudo o que nós estávamos perguntando, se eles teriam uma vaga garantida nesse programa educacional. E aí a gente começa a viver, não os traumas, mas eu diria os grandes chiques de educador, porque se a gente se colocasse na posição de pesquisador — "ponto", sem os questionamentos que ora estamos debatendo, seria muito fácil responder. "Nós estamos fazendo apenas uma pesquisa e nós não temos compromisso nenhum com vocês, não podemos garantir vagas". Na realidade, nós não podíamos garantir vagas. Então, essas sondagens realizadas nas escolas primárias, geraram outro tipo de discussão com esses alunos e com a participação de alguns professores: como é que se articulava a política educacional, no Brasil, no Estado de São Paulo e, apesar das melhores intenções que se pudesse ter, e por mais respeitoso que fosse o processo de seleção que elaboramos, na realidade não se poderia garantir vaga para todas elas. Me lembro que nós fizemos, assim, três dias de discussão para definir o que seria a potencialidade da criança. Aí, 15 psicólogos, na ocasião bem renomados, chegaram à conclusão de que nenhum deles tinha condições de definir o que era essa "santa" potencialidade, mas que a gente tinha que jogar para fins de seleção com os dados objetivos, isto é, com o que a criança apresentava como conhecimento elaborado, a partir do programa escolar do curso primário e que outras experiências ela apresentava, no sentido de ter maior ou menor prontidão de reação, de raciocínio, diante de situações que eram colocadas. Enfim, a moral desse capítulo eu acho que está bem assentada nessa experiência de, sem que nós tivéssemos programado, sem que fosse a nossa intenção, nós nos colocamos numa situação de precisar discutir política educacional com crianças de quartos e quintos anos, aqui em São Paulo e no Interior do Estado.

Com trabalho semelhante que realizamos no Interior, mas agora dentro de uma experiência educacional

vivida, tivemos que redimensionar o diagnóstico feito para fins de seleção. Percebemos o quanto não havíamos conseguido captar como faixas de conhecimento destas crianças, apesar de todas as discussões. Então, eu, pessoalmente, e outros colegas e companheiros de trabalho acho que fomos evoluindo no sentido de rejeitar esse tipo de pesquisa, esse tipo de trabalho científico em que se vê dissociado o sujeito da pesquisa, entendido como informante ou fornecedor de dados, e o ser sujeito na pesquisa enquanto pessoa participante e tendo uns tantos direitos. E como é que se estabelecem as relações entre a gente e essas pessoas? A gente foi concluindo pela necessidade, assim, de uma interação muito maior, nesse plano de relações, nos trabalhos que se sucederam e de uma participação muito mais ativa nas programações que esses grupos desenvolviam.

Mais recentemente (para dar um salto aí) a gente está desenvolvendo um trabalho, junto a um colégio estadual da Capital de S. Paulo, com um grupo de professores secundários, de elementos vindos da Pedagogia e arquitetos vinculados à Conesp. Para os arquitetos, se coloca com muita seriedade e profundidade a discussão da consciência da utilização do espaço social e aí a gente teve que discutir o que era espaço social, o que era espaço físico, o que era espaço educacional. Depois de tudo isso esclarecido, verificou-se que uma forma de apreender como as crianças se sentiam nesse espaço escolar, ou nesse espaço educacional, era trabalhar com desenhos espontâneos e com dramatizações improvisadas, etc., a respeito de como elas viviam o seu cotidiano, na escola e no bairro. Na discussão se colocou para as crianças o porquê fazer esse trabalho: era para que elas pudessem modificar, em algum sentido, a vida na escola. E elas levaram extremamente a sério, de modo que antes dos resultados dos estudos acho que elas já sacaram uma série de coisas que poderiam ser modificadas, porque realmente precisam ser modificadas. Então conseguiram derubar um muro de um jardim interno, totalmente fechado, onde só passarinho pousa porque não havia acesso para esse jardim; estão questionando os professores quanto à utilização de espaço livre para estacionamento dos carros; e quando as professoras alegam que os carros podem ter os pneus furados na rua ou podem ser roubados, etc., etc., essas crianças, eu diria agora as mais velhas, de 10, 11, 12 anos, estão descobrindo que há uma população, à volta, que não tem acesso à escola. Então alguns garotos foram capazes de dizer às professoras: "não, os que vão furar o pneu e que vão roubar seu carro são aqueles que não estão entrando na escola, porque se eles pudessem vir aqui à escola a gente poderia discutir a coisa numa boa". Então a organização mental dessas crianças, em torno do problema que está sendo investigado, claro que vai prosseguindo, paulatinamente e num processo mais ou menos lento, enquanto arquitetos, pedagogos, psicólogos, professores etc. vão articulando mil reuniões, mil conversas e devolvendo alguns dados às crianças. O que estamos achando muito interessante é que as crianças, depois de terem conhecimento, assim, do objetivo desse trabalho, estão partindo para

uma prática de alteração e de modificação do ambiente escolar, embora numa carta base de agressividade, afrontando os professores, a direção e até tomando posse de uma pracinha que existe ali na redondeza. Porque, quando se discutiu com as crianças mais velhas, vamos dizer, as da sétima, da oitava série, o que era o espaço educacional, o que era o espaço social abrangente, não precisou de muita sociologia para elas entenderem: — “então esse espaço é nosso, é um espaço público e, logo, o espaço é nosso” — e resolveram articular uma série de coisas nessa praça. Só que a Administração Regional da Prefeitura foi avisada por alguns vizinhos e agora nós estamos vivendo um certo conflito entre a Administração Regional, a direção da escola, as crianças e nós.

Então eu trago aqui para o grupo muito mais dúvidas do que contribuições, porque a gente já parou, algumas vezes, para discutir essas questões e eu percebo que quando a gente se aproxima, assim, de pesquisadores que eu chamaria ortodoxos, que querem levar a pesquisa como uma prática sua, de elaboração do seu saber, de enfoque da captação do real tão somente pelos seus referenciais, sem ser sensível a este real, às suas nuances, às suas modificações, não só o trabalho se ressentiu, como eu acho que estamos desrespeitando as pessoas que formam esse conjunto de informantes. Acho mais, ainda, talvez estivéssemos abandonando, enquanto pesquisadores, enquanto estudiosos ou intelectuais, uma tarefa de interação que possibilitaria, dentro desse processo, alguma contribuição, a nível de educação ou de socialização do próprio grupo.

Fátima — Eu trabalho em publicidade há mais ou menos 10 anos, parte desses anos em pesquisa e parte em planejamento. Eu pedi para falar por último porque é uma área muito específica e, provavelmente, exigiria de vocês toda uma reorientação mental para poder julgar o que eu esteja falando ou vá falar, daqui para a frente. De outro lado, imagino que vocês tenham um conjunto de atitudes bastante fixas, eu não diria preconceituosas, mas bastante estabelecidas com relação ao que é publicidade, o que se faz, o uso, etc. Eu queria colocar, antes de entrar propriamente no problema da criança ser utilizada como objeto de pesquisa para uso comercial, alguns aspectos do próprio ambiente do mercado de consumo brasileiro. É um mercado de consumo livre de qualquer manipulação e de qualquer restrição industrial ou comercial. É, talvez, dos mercados de consumo mais livres do mundo, quer dizer, não há nenhuma regulamentação, ou muito pouca regulamentação, quanto a tipos de produtos, ou quanto à eficácia e periculosidade de produtos, e assim por diante. Este é um aspecto que faz com que todas as pesquisas ou todas as manipulações técnicas, de qualquer natureza, dentro dessa atividade, sejam livres de qualquer cons-

trangimento. Quais seriam esses possíveis estrangimentos? Uma regulamentação de ordem legal, restringindo tipos de produto, regulamentação quanto a comunicação, restringindo horários e assim por diante. A criança, portanto, é um segmento que está tão vulnerável a esse tipo de manipulação quanto adultos, de uma maneira geral. De outro lado, as técnicas e as pesquisas utilizadas na área comercial, ao contrário de todas as outras áreas, não são publicadas; elas são consideradas de uso privado, de conteúdo confidencial — o que torna muito difícil uma análise mais genérica, uma observação mais objetiva com relação a sobre se há ou não transgressões graves de aspectos éticos, quaisquer que sejam eles, ou ainda qualquer outro tipo de observação, mesmo de tipo bem objetivo, por exemplo, quanto à metodologia. De outro lado, uma outra colocação importante é que o objeto de pesquisa comercial é um universo de consumidores que, do ponto de vista da população brasileira, não atinge mais do que 30 ou 40 por cento dela. Portanto, no caso da criança, é a criança consumidora que é o objeto dessas técnicas e dessas práticas. Quando a Fúlvia conversou comigo para tentar localizar uma pessoa que pudesse debater com vocês o aspecto de pesquisa comercial com crianças, foi muito difícil encontrá-la. Realmente não há muita experiência com pesquisa para a criança, na área de consumo. Apesar das pesquisas não serem publicadas, eu fiz pessoalmente uma investigação, com vários profissionais da área e, realmente, as experiências específicas com crianças eram muito pequenas; isso me surpreendeu. Mas conversando com vários colegas de pesquisa, notei que a criança realmente é muito pouco pesquisada na área comercial, o que parece um contrassenso porque ela é muito utilizada como objeto de propaganda e de consumo também. Aí, comecei a refletir, troquei idéias com as pessoas sobre por que ocorreria isso. Ficaram evidentes algumas coisas: do ponto de vista comercial, a criança é realmente o segmento mais vulnerável, de maior facilidade de manipulação, onde há baixa resistência e, portanto, de menor necessidade de investigação. Claro que isso está associado a um baixo nível de exigência de consumo, com relação aos próprios produtos, com relação ao próprio objeto de consumo; ela não tem condição de discriminação. Outro aspecto que me ocorreu, também, é que a criança, como custo de comunicação para a publicidade, é também o segmento mais barato. Vocês não estão familiarizados com isso, mas eu diria que é muito mais barato à indústria atingir a criança, através da propaganda transmitida pelos meios de comunicação, que o adulto. Então, esse é um outro aspecto de porque a criança não é tanto objeto de pesquisa. Outro aspecto, e este talvez seja o mais básico de todos, é que os produtos de consumo colocados no mercado brasileiro são, majoritariamente, produtos de multinacionais que já vêm planejados, pré-organizados, pré-pesquisados, e o mercado brasileiro, como um todo, funciona como mero receptáculo de produtos prontos. A exigência da pesquisa para investigar uso, preferência, atitudes, fica então superada.

Sobre alguns aspectos que foram discutidos aqui, principalmente quanto ao abuso no uso da criança, no

caso da pesquisa especificamente comercial o problema se coloca de forma diferente: o abuso poderá estar na utilização das informações, na finalidade para a qual as informações são recolhidas durante a pesquisa. No caso de discussões em grupo, por exemplo, reúnem-se crianças como se fosse uma festa, distribuem-se brinquedos, doces, chocolates, há uma compensação muito grande. Não há, portanto, a forma de abuso como colocou a Marisa, ao contrário abuso poderá decorrer do tipo de utilização que se fizer com a informação recolhida, quanto à orientação de consumo, orientação eminentemente comercial e mercadológica. De outro lado, a coerção — e aí levanto o problema de um outro ângulo, daquele que a Rosa Maria levantou — na medida em que se pesquisam crianças de poder aquisitivo você encontra, claramente, resistências muito objetivas quanto a horários, à "invasão" de domicílios. A rejeição pode ser muito grande, e requerer um processo de convencimento, de busca, de tentar ganhar as pessoas. É exatamente o contrário do que a Rosa Maria descreveu quanto aos favelados. Quanto ao conhecimento dos objetivos da pesquisa por parte dos entrevistados, no caso da pesquisa comercial, é exatamente o contrário do que nos preocupa e do que estamos discutindo aqui. Eu até trouxe o Código que acabou de sair sobre pesquisa comercial. Chama-se Código de Ética, código de ética aprovado em assembléia recente, pela ABIPEME — Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado. Esse Código de Ética, para minha surpresa, é um Código que protege o encomendador da pesquisa. São 34 artigos e apenas 6 se referem às responsabilidades correspondentes, como eles chamam aqui. Na verdade, o Código de Ética é uma proteção a quem compra pesquisa, no sentido de que o Instituto de Pesquisa não use a informação em benefício próprio, comercial, ou que não venda informação para as outras empresas, ou para que não seja uma máscara de intenções de espionagem industrial, ou coisa do gênero. Há até aspectos, no Código de Ética, quanto à apresentação de números e organização de informação, o que não se poderia esperar de um Código de Ética.

Quanto ao aspecto que a Fúlvia levantou, no sentido do conhecimento do objeto da pesquisa, existe um item no Código de Ética dos pesquisadores de mercado que faço questão de ler. É o parágrafo 1 do artigo 23 (estou lendo): "Os institutos não são obrigados a informar os objetivos de pesquisa aos respondentes, a não ser quando a sua missão seja de modo a induzi-los a acreditar que a pesquisa se destina a propostas diversas das reais, sempre que os objetivos reais possam contrariar os seus legítimos interesses", quer dizer, é uma subjetividade. De maneira geral, não só o objetivo do conhecimento está aqui protegido num Código de Ética às avessas, como metodologicamente, a maioria das pesquisas comerciais se faz sob disfarce: observadores invisíveis, por trás de espelhos, observação por recursos eletrônicos do tipo video-tape, etc., quer dizer, é um grau extremo de não-preocupação quanto a esse aspecto. Eu queria, para encerrar — estaria disposta a responder perguntas, evidentemente — colocar o que venho observando, nos últimos tempos, com rela-

"... o Código de Ética da ABIPEME protege a quem compra pesquisa."

ção à preocupação com a criança, como objeto de pesquisa, nos Estados Unidos. Na medida que nós temos um mercado de consumo moldado ao mercado de consumo americano, e na medida em que nós, hoje, não pesquisamos muito a criança, pelos motivos que eu coloquei, tenho também observado nas publicações de mercado, de marketing americano, uma crescente preocupação com formas e métodos de pesquisas com criança, inclusive de como as crianças adquirem conhecimento de consumo, que tipos de influências recebem etc. Mesmo que entre nós esta discussão seja antecipada acho que realmente, nessa área, é interessante que o problema seja colocado desde já e debatido em outros setores, inclusive o próprio setor comercial. É isto.

Sérgio — Eu só queria dizer mais três coisas: uma delas diz respeito ao que a Marisa colocou: você pintou um quadro meio catastrófico da situação em Pediatria, ainda mais que a Ruth lembrou que nós somos consumidores desses famigerados médicos. Quando você descreveu, por exemplo, a mesa metabólica, a primeira coisa que me ocorreu perguntar para você foi: mas qual é a alternativa? Porque se você pega uma criança com diarreia, por exemplo, que pode sarar com um remédio simples qualquer e alguém coloca essa criança numa situação dessas para pesquisa geral, eu nem discuto o absurdo da coisa. Mas eu fico pensando numa situação onde esses procedimentos são utilizados pela total falta de alternativas para um diagnóstico e, por favor, me conta logo se não é isto que acontece, porque há certas coisas que eu até aceitaria, tendo em vista uma situação desse tipo. Então eu pergunto para você: e quais as alternativas? Porque se é pesquisa pela pesquisa, realmente acho um absurdo, quer dizer, é o tipo da área em que ou a gente desenvolve uma criatividade para pesquisar de outra maneira, ou então realmente não tem jeito, certo?

O outro ponto diz respeito a uma coisa que a Ruth falou. É o seguinte: eu comecei fazendo uma ressalva, no sentido de diminuir a culpa do pesquisador, porque, na verdade, o médico faz isso e a Marisa confirmou em seguida. O professor também não pergunta para a criança se ela quer aprender aquilo, ou se ela precisa. E você levou a restrição, para um outro lado, de que na verdade o problema não é específico à criança. Eu queria agora fazer uma outra observação restringindo a sua. Inicialmente eu tinha interesse, como Rosinha, de estudar desenvolvimento, pura e simplesmente, estudar formas de evolu-

ção do comportamento. O que acontecia é que muitas pessoas viam duas coisas em mim: que eu era psicólogo e que eu estudava a criança e então me tomavam como terapeuta particular, nas festas de sábado à noite. Então sentavam e começavam: "porque isso, porque aquilo, porque aquilo outro". E, de repente, eu resolvi me arvorar em protetor da criança desamparada contra os infelizes pais. Então, deixei de estudar desenvolvimento e passei para uma área que eu estou chamando de treinamento de pais. Quer dizer, se de fato o problema da criança é ser filho de um pai, então vou tentar resolver esse problema. E foi aí que eu comecei a me dar conta de onde eu estava me metendo. A situação é a seguinte: quando uma criança chega num consultório, ela vem trazida por um pai que descreve o problema. Olha: "estou aqui porque o meu filho tem este problema", e a tendência de entrar naquela descrição e de começar a considerar aquilo como problema é muito grande. Então, se você não abre bem os olhos, você fica resolvendo o problema do pai. Tome como exemplo, um problema freqüente, aparentemente simples, mas que acaba produzindo conseqüências desastrosas: o problema do filho que não chega para jantar na hora certa, com o resto da família. Aparentemente, o problema se resume na importância atribuída pelo pai, por exemplo, de que toda a família esteja reunida durante a refeição. A primeira tendência é a de ceder à ansiedade da mãe que tenta impedir as brigas constantes entre pai e filho. Afinal, parece razoável que o pai queira todos juntos; que a mãe impeça discussões violentas constantes. Mas, num segundo momento, você acaba perguntando: mas porque mesmo ele não vem para casa na hora? Que razões ele tem para não estar lá na hora, ou para estar em outro lugar naquela mesma hora? Ou ambos? E você pode descobrir que sobram razões para que ele esteja em outro lugar (é a hora de encontrar amigos, de ver a menina em que ele está interessado etc...) e para que ele não esteja em casa (é, por exemplo, a hora da cobrança: já cortou o cabelo? foi bem na prova?...). Por outro lado, você pode ainda descobrir que as razões da família para o jantar na hora certa são um pouco diferentes daquelas afirmadas: é a novela que começa, é a empregada que quer sair na hora certa, a mãe que não aceita que o filho homem esquite a comida e lave o prato, e daí por diante. Feita esta análise, você tenderá a mudar de posição: não há porque este adolescente voltar para casa naquela hora. Finalmente, se você continuar a análise você terá chance de chegar a uma posição mais justa: você não tem um sujeito (o filho, ou a mãe e o pai) mas uma relação. E se o filho tem direito de manter suas situações reforçadoras e não trocá-las por situações aversivas, a mãe também tem direito de assistir sua novela e de manter sua empregada. A solução, qualquer que seja, deverá ser buscada nessa relação e deverá respeitar esses dois direitos.

Mas então, Ruth, só voltando um pouco àquilo que você tinha falado, eu concordo absolutamente com o que você falou, com o que a Rosa Maria falou também e inclusive o exemplo serviria para dizer que concordo.

Mas para mim ainda tem muito sentido, e cada vez mais, a proposta da Fúlvia de restringir a discussão à criança, pelo seguinte: ele é um infeliz, cujo problema é identificado pelo pai e que a solução, em última análise, é encaminhada pelo pai. Então, se você descuidar um pouco, você está coletando dados da mãe, pela visão da mãe, pela interpretação da mãe e pela aplicação da mãe. Então, me parece, embora o problema seja sério com adultos — e a Rosa Maria levantou o problema do pessoal que sofre a pressão econômica — eu acho que, com relação à criança, é muito mais sério. Porque ela enfrenta o poder do pai, da escola, dos grupos e o problema de pesquisar criança se torna mais sério.

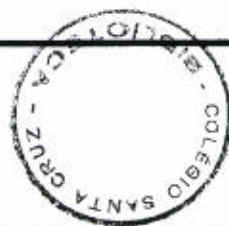
Rosa Macedo — A Ruth não concordou, quando eu falei que, em última análise, apesar de existirem normas éticas gerais, cada situação é muito específica e que realmente a responsabilidade da pessoa que faz pesquisa é muito grande, porque cada situação é uma. Na verdade, quando a gente enquanto pesquisador se propõe a fazer uma pesquisa, dentro das finalidades que escolheu, para fazer avançar o conhecimento, a gente também, de uma certa forma, está sendo repressor porque a gente vai com um modelo, com um planejamento, com uma programação, naturalmente considerando que o sujeito será o próprio beneficiário, senão a curto prazo, pelo menos a longo prazo.

É nesse sentido que eu disse, então, que o uso de cada técnica, em cada momento e em cada problema, precisa realmente ser muito bem pensado, em termos de todas as conseqüências que pode trazer para o próprio sujeito, para o grupo no qual o sujeito está inserido, ou seja, a família, a escola etc. De uma maneira mais ampla e levando em consideração tudo o que foi dito sobre a autoridade do pesquisador, da coerção do sistema em que o sujeito está inserido, então, realmente a gente precisaria pensar — e a gente tem tentado pensar sobre isso também — na direção daquilo que a Maria Nilde falou: se a criança é considerada incapaz de decidir tudo por si, criança sempre tem o que dizer e se lhe for dada a oportunidade de ser ouvida, qualquer coisa que ela diga é um referencial de extrema importância para a compreensão de todos nós, quer para estabelecer as primeiras relações, na execução da pesquisa, quer para conduzir um problema clínico, quer para entender também, às vezes melhor, um fato que a gente, teoricamente, estava julgando de outra maneira. Quando a gente dá a oportunidade para a criança dizer o que ela sente, o que ela pensa — naquela maneira direta, simples e ingênua em que ela se coloca — a contribuição pode ser tão grande que, não raro, muda muito o planejamento de pesquisa. Com relação ao problema da pesquisa de relações, principalmente relações familiares, pelas quais eu estou me interessando também agora, o que a gente tem feito, com certo sucesso, é não aceitar mais queixas de pais sem a

presença da criança, de qualquer idade. O pai tem uma queixa, a criança vem junto e se falam, um na frente do outro, o que acham. Então o pai diz: "eu acho que meu filho é vagabundo, ele não quer estudar, já repetiu não sei quantas vezes, fez isso, fez aquilo e tal". Eu digo: muito bem, isto é o que o Sr. acha. E o que você tem para dizer? Qual é a sua visão? Quais são os seus pontos? E nunca falar com um separadamente do outro, quer dizer, sempre a gente conversa com o pai e o filho, com a mãe e o filho. Então não se usa o procedimento clássico de pegar uma anamnese, fazer um relatório e entregar para o pai — que é quem paga e resolve — pois dessa forma continuará a exercer a coerção e continuará não entendendo o filho dele, porque continuará não ouvindo aquilo que a criança tem para dizer. Acho que este é um exemplo de estudo de caso individual que, talvez, possa se aplicar à pesquisa de comunidade. Infelizmente, como a Maria Nilde disse, conforme a situação não se pode fazer muita coisa, sobretudo nas instituições que têm re-

gras muito rígidas e que têm, digamos, regulamentos nos quais a gente não pode mudar nada e, talvez, nem discutir muito com as pessoas as formas de mudar o relacionamento. Mas existem formas no trato com as crianças de se contornar o problema de autoridade e o problema da imposição de um modelo clássico que vem de cima para baixo. É evidente que eu estou de acordo que todas essas normas valem para os adultos, em todas as situações, mas a criança sofre especificamente dessa condição de ser mandada, de ser levada, de ser, afinal, tutorada. Porque, realmente, olha-se para a criança como alguém que não sabe e alguém que precisa entrar na linha. Então, embora a gente precise ter muito cuidado para não se identificar demais com a vítima, eu acho que a gente deveria estudar este modelo de pesquisa, de vivência na situação, justamente para que se possa captar as relações, para que se possa analisar as instituições nas quais os sujeitos, afinal das contas, são vítimas, ou peças da engrenagem. Nesse

FOTO: DERLI BARROSO



sentido é que a gente tem tentado trabalhar um pouco, lá na PUC, tentando fazer com que o pessoal não bole pesquisas estratosféricas, mas que procure vivenciar uma situação, seja na favela, seja na própria escola etc. Primeiro, tentar conhecer, estabelecer um relacionamento com o grupo etc., para depois então tentar levantar os problemas, sempre tendo em vista uma atuação que realmente traga um benefício, que traga alguma resposta, que traga alguma contribuição para aqueles que foram sujeitos de pesquisa.

Manuela — É mais um aparte e uma provocação ao Sérgio. Você disse: "nós não devemos aceitar o panorama que nos é delineado pelo pai e pela mãe", mas eu perguntaria para você: qual é a alternativa? "Eu tenho a impressão que na verdade, a alternativa que você está propondo é a sua própria interpretação, não é?"

Isto remete a algo que eu disse antes: é possível tratar integralmente uma criança como um ser inteiramente autônomo, isto é, com suas próprias regras? Ou não estará antes na criança um ponto de tensão entre um mundo adulto que ela aprende a reproduzir mas que ela também manipula e recria, usando velhas aparências para produzir novos conteúdos?

Sérgio — Olha, a única alternativa a que eu cheguei, com relação a isso, foi abrir mão de dizer que eu tenho alguma coisa a ensinar, com relação a "faça isto" e a solução estará feita. Eu cheguei à conclusão — ainda não à solução, mas à conclusão, e estou tentando elaborar o procedimento a partir daí — que a única coisa que me cabe fazer se eu penso que, como profissional, tenho alguma coisa a ensinar, é de pelo menos ensinar ao pai que, ao analisar seu objetivo para o filho, ele deve levar em consideração o filho e não apenas o objetivo dele; então, na verdade, colocar o pai sob o controle da colocação de um objetivo que responda à expectativa dele, pai, mas também dele, filho. Um exemplo meu: a minha mãe me dizia "põe um casaco". Por que? "Porque eu estou com frio". Quer dizer, eu não tinha frio, mas tinha que pôr um casaco porque ela achava que tinha esfriado. Colocando isso para uma situação um pouco mais ampla, era um pouco isso que eu imaginava que poderia fazer: passar aquele poder do controle do cientista sobre o sujeito para alguém que, pelo menos, aprendeu a analisar. E quem sabe, esse esquema de análise pode ser passado para o pai. Então eu não me comprometo com o objetivo, mas me comprometo a ensiná-lo a analisar. Quem sabe, se com isso, ele leva mais em consideração o filho.

Marisa — Eu vou tentar responder a você com bastante sinceridade e numa posição muito desfavorável, porque eu faço parte dessa corporação médica. A Ruth disse bem que a Medicina hoje não desconsidera apenas a criança; a pesquisa médica está realmente sendo feita à revelia de toda a sociedade, inclusive da classe dominante dessa sociedade. Quando você me pergunta se a mesa metabólica podia ter alguma outra alternativa eu sou obrigada a responder que a mesa metabólica vem apenas trazer outros questionamentos, no plano exclusivamente científico; não se faz nada para interferir diretamente com o sujeito ou objeto daquela pesquisa. Não é no sentido de corrigir uma terapêutica de hidratação, no momento em que ela está se fazendo, mas é para entender mecanismos do metabolismo do cálcio, do magnésio, numa criança com tal e qual patologia de desnutrição e diarreia.

Sérgio — Eu preferia que você não tivesse me respondido.

Marisa — Mas eu ainda tenho que continuar. Eu trouxe para a Fúlvia, por escrito, porque sabia que não ia ter tempo de fazer um depoimento completo a respeito, o problema da dominação da Medicina científica, legitimada socialmente, com uma legitimação que chegou ao ponto que a Manuela lembrou bem: à revelia do sujeito, à revelia dos responsáveis pelo sujeito, a interferência médica se faz por ordem judicial, na nossa sociedade. E nós estamos vivendo esse tipo de problema com uma agravante: é que dentro do discurso da Medicina nós temos uma linguagem que exclui completamente o leigo, qualquer que seja o seu nível intelectual ou cultural. Nós temos um poder de dominação que se exerce como uma autoridade não-contestável, não é apenas não-contestada. Na medida em que o médico determina "vamos amputar este braço", vamos amputar este braço e não se dá a quem tenha ou não que amputar o braço a chance de dizer: "prefiro morrer com os dois braços". O problema que eu levanto, em relação à pesquisa médica, vai muito além do problema da criança, como objeto. Mas respondendo à questão que a Ruth fez, a criança é um objeto muito privilegiado de pesquisa, porque grande parte das dúvidas, exclusivamente a nível científico, sobre o adulto com o metabolismo estável, podem ser res-

pondidas por animais de laboratório.

Na criança, em crescimento rápido, cuja transformação, mesmo a nível metabólico, não é conhecida, a única forma de responder é pesquisando na própria criança. Que essa pesquisa esteja sendo feita, tendo como objetivo mais alto o cuidado da própria criança, é louvável. Mas o que se tem visto é que o número de publicações médicas, hoje, é infundável. Nós não temos capacidade para ler nem um milésimo do que se publica mensalmente, no mundo. A criança é um objeto privilegiado porque ela não reclama, ela chora a respeito de tudo, mas esse choro não é levado em consideração, os pais dão sua permissão porque não se contrapõem ao médico, em situação clínica, e — vejam — o médico nunca se põe como um pesquisador isolado: ele é sempre a autoridade clínica que exerce, ao mesmo tempo, a função de pesquisa. E, nesse sentido, talvez exagerando, acho que hoje se pesquisa mais de 70 por cento de qualquer área da Medicina, em crianças.

Fúlvia — Eu queria fazer uma observação, antes dessa outra volta de mesa. Quando se afirmou que a discussão sobre ética deveria ser feita da mesma forma para criança e sujeitos adultos, acho que se esqueceu que os exemplos de adultos citados foram exemplos de adultos dominados e que a colocação da Marisa foi aquela que nos provocou maior ansiedade porque, talvez, para a nossa classe social, para o nosso tipo de conhecimento e poder, seja em Medicina, enquanto pacientes, uma das poucas relações em que experimentamos uma situação de dominação.

Ruth — Eu vou tentar responder às várias perguntas que foram dirigidas a mim e eu também estava com vontade de dizer várias coisas, a esta altura dos acontecimentos.

O que eu queria agora, depois de refletir mais, era distinguir a responsabilidade que é assumida pelo próprio cientista ou clínico (enquanto cientista), da responsabilidade que a comunidade no seu conjunto tem que assumir. A ética da ciência é o contrário desse código que a Fátima nos mostrou, evidentemente, na medida em que o que eu estava reivindicando, naquele momento, é que houvesse uma certa forma de controle sobre a própria formulação dos projetos de tecnologia de análise, que é uma coisa que só pode ser feita, realmente, a nível coletivo e se essa comunidade científica assumir como tarefa sua. Antes de desenvolver uma técnica de investigação é preciso avaliar os riscos, o que resolveria, em parte, esse problema da Medicina, quer dizer, uma tal cama desse jeito ou agulha daquele jeito já teria si-

do concebida de tal modo que fosse específica para determinadas situações, e que só fosse usada nos momentos de absoluta necessidade. Eu sei que, evidentemente, não estou com uma posição totalmente idealista, imaginando que uma ética resolve o problema; a ética não resolve o problema, mas ela é pelo menos uma fórmula de se começar a ter algum controle. Porque o outro problema ético, eu acho que a Rosita colocou muito bem agora. Quando você e o Sérgio descreveram as formas de atuação, eu estava pensando: mas o que está acontecendo aí? Na verdade, não é um parâmetro claro de decisão, que é dado para o cientista. Vocês estavam saindo exatamente da decisão, vocês estavam se retirando do campo, de alguma maneira, quer dizer, esvaziando essa tal autoridade dos cientistas, e estavam dando a palavra a um jogo que é um jogo de interesses. Nós estamos falando em poder, usando a palavra poder e etc. O que está suposto na palavra "poder"? Um jogo de interesses. Existem interesses concretos que são jogados. Então nós temos o poder de falar porque temos o saber, etc. e tal, mas esse poder é, simplesmente, um poder de dominação que encontra uma resposta, porque ele encontra interesses opostos, porque senão já não é mais poder, é tirania absoluta e ainda não chegamos nesse ponto: nossos instrumentos ainda são pobres. Então, quando eu tinha colocado exatamente o problema da resposta que qualquer oprimido — no caso a criança, sem dúvida, é um dos setores oprimidos — dá, quer dizer, quando li a frase que disseram para a Rosa Maria, eu li para dizer: essa pessoa diz esta frase, mas, na verdade, mantém sua relativa submissão: e por que ela mantém? Porque, apesar de tudo, ela não está, de nenhum modo, tão violentada quanto ela estaria numa situação médica, por exemplo, que é o extremo oposto, onde realmente esse jogo de interesses não é dado, quer dizer, não é dado ao sujeito dizer se ele quer morrer com os dois braços. Então, tome exclusão total da possibilidade de manifestação desse interesse. Porque interesses se manifestam não necessariamente através de um discurso — enfim, do que nós estamos chamando de discurso — você tem muitas formas de manifestar esse interesse.

Eu achei muito interessante a colocação da Maria Nilde, porque ela vinha exatamente colocar um monte de situações nas quais há uma interferência, provavelmente porque ela está lidando com uma situação educacional, que é uma situação propícia para isso, aliás é provocadora disso: o objetivo, no fundo, é provocar essa resposta. Então, é uma situação de interferência e você tem, imediatamente, uma resposta: você tem, digamos, crianças que vão tomando um pouco as rédeas do jogo, rédeas muito relativas, mas que vão, de algum modo, respondendo. Eu acho que isso acontece também com a classe baixa. Numa certa medida, há uma possibilidade. Nós não podemos ficar, agora, com essa camisa da idéia de que tudo é uma forma de poder e que tudo é uma forma de dominação, senão nós perdemos, completamente, a possibilidade de entender o próprio jogo da sociedade. Então, eu acho que um caminho que se abre é exatamente este: me pareceu que a situação clíni-

ca que vocês colocaram era uma situação onde estava em jogo; que a situação da Medicina é uma situação em que isso não está em jogo. Mesmo a situação que a Rosa Maria colocou de uma invasão, digamos, em que você chega ao quarto do casal, você, na verdade, chega ao quarto do casal quando eles querem. Existe o poder, eu não estou negando esse fato, de jeito nenhum, eu concordo inteiramente, mas ele não é todo-poderoso; há sempre uma resposta possível, quer dizer, há padrões que são diferentes e etc.

Sérgio — Nem índio não é criança.

Ruth — E os índios também sabem como responder. Você tinha me colocado a questão se o caso da criança não seria realmente um caso específico.

Eu não sei, quer dizer, sem querer desqualificar que a problemática da criança seja séria, mas eu acho que é importante o ponto de partida que a Manuela colocou, exatamente: a criança vai ser adulto, ela está num processo de socialização, há um certo grau de coerção e de repressão que é absolutamente inevitável e que tende realmente a transformá-la num adulto (talvez não no melhor dos adultos) mas que é um processo que ela tem que viver. E esse mesmo tipo de opressão eu acho que realmente existe também para as outras classes. Eu acho que se acabaria por encontrar uma situação meio parecida na relação homem-mulher. Quer dizer, o sujeito da FUNAI que chega para os índios com o projeto de desenvolvimento daquela comunidade, no fundo, ele está criando uma situação da mesma natureza, que tem também escapatórias, pois, existem índios que não obedecem e crianças que não obedecem. Então, eu acho que o problema não é mais a gente ver que tipo característico de opressão se aplicaria a cada um desses casos, mas que tipo de respostas são possíveis, na medida em que você distingue um jogo que seja realmente um jogo de interesses, quer dizer, onde você abre a palavra. Não que essa palavra seja mágica, mas onde, no mínimo, essa contra-resposta seja levada em conta.

Maria Nilde — Eu gostaria de re-partir uma preocupação que eu tenho também, no âmbito do trabalho com universitários. Eu sinto que de uns

anos para cá, ou porque se fala muito em direitos humanos, ou porque se fala muito em oprimidos, ou camadas desfavorecidas, etc., está havendo uma verdadeira coqueluche de engajamento de universitários, em relação às populações economicamente periféricas. No âmbito da PUC — acho que não é anti-ético dizer, porque o fenômeno é mais do que conhecido — quando se propõe estágio para os alunos (eu acho que de qualquer faculdade, mas o meu contato é com o pessoal de Psicologia que opta por Educação), todos querem fazer estágio na periferia, todos querem entrevistar favelados e todos querem intervir nessa bendita comunidade, quando nem definir comunidade ou sociedade eles ainda aprenderam ou discutiram.

E aí a gente percebe alguma coisa, que está em cima do núcleo das nossas discussões: o quanto essas populações estão se familiarizando com a presença desses elementos investigadores, sejam pesquisadores, sejam estudantes etc., e então eles já dominam um vocabulário, que seria muito nosso, de falar em pesquisa, em tese, em doutorado, quer dizer, já há favelado perguntando se o sujeito vai fazer pós-graduação, doutorado, qualquer coisa do tipo, e se não seria mais fácil a pessoa que os aborda ser mais rápida, para eles não perderem muito tempo. Esses são aqueles que eu considero de boa vontade e que se propõem a ajudar as ditas cujas teses. Eles estão sabendo que é para um trabalho de interesse do pesquisador e que nada tem a ver com uma defesa, ou uma relação mais direta com os problemas deles. E há uma outra camada que me surpreende — isso se estende para Campinas, se estende para Ribeirão Preto: são os bóias-frias — gente que está enganando intencionalmente o pesquisador. Então, num encontro que tivemos com favelados de Campinas alguns, assim, na intimidade, os mais próximos estavam gozando em cima de respostas que haviam dado para alunos-pesquisadores da UNICAMP, etc., porque eles haviam dito coisas não assim totalmente absurdas, para o entrevistador não se chocar e não anular as respostas, mas coisas totalmente falseadas sobre a realidade; eles diziam assim: "na hora que juntar todos os relatórios, vai dar uma confusão que esse povo não leva a melhor".

Então, quase que uma atitude íntima, não sei, de vingança, de descontar em cima, de desforra, quer dizer, o sujeito está me explorando, está sugando os meus dados mas também não vai levar a melhor, porque ele vai fazer a tese e não vai dar certo e então eu não sou o melhor informante. Essa atitude está se esboçando, entre esses adultos. É claro que se isso for feito com crianças, ressaltando-se essa relação à qual a Ruth se referiu — que é muito da minha prática e a educação exige muito isso da gente —, a criança tem menos poder de confronto, de não responder, de falsear, de tapear. O informante adulto aí já descobriu que pode manipular o investigador, o pesquisador, etc. e a criança ainda não tem essa condição. Uma dessas moças, estudante de Psicologia, entrando em contato com crianças que estão numa

escolinha de complementação, de bairro, falava "inho, criancinha, benzinho", não sei o quê e tal. A criança se irritou e disse assim: "olha, se você quer perguntar para mim o que você quer, pergunta como você sabe falar e eu respondo como eu sei". Então a moça, querendo ainda dar, assim, de equilibrada, na conversa disse: "bom, mas se eu não falar, assim, mais próxima de você eu falo do meu jeito; e se você não me entender"? Então a criança foi taxativa, "se eu não entender o que você vai falar, eu não vou responder, e você escreve aí no seu papel que eu não respondi porque não entendi". É claro que esse é um exemplo raro, nós não poderíamos generalizar, assim, uma criança ter essa iniciativa, mas o que eu queria levantar e, talvez, a gente poderia discutir oportunamente, em outras ocasiões, é como é que fica, de um lado, a necessidade que o estudante universitário tem de entrar em contato com a realidade e, no âmbito dessa famigerada reforma universitária e do sistema que está aí implantado, esse pessoal todo ser atirado em campo de uma forma, assim, massiva, despreparada, como se fossem ver o zoológico: "vamos ver os favelados, vamos." Me parece que aí há questões éticas muito sérias, que a gente teria que pensar; pelo menos no âmbito, não sei, da Universidade Católica, não se criou ainda uma discussão mais profunda. Eu acho que seria muito oportuna essa discussão, se vocês pudessem levantar o debate, se nós, lá dentro, também tivéssemos condições de trazer isso à tona. Claro que isso que chamei de coqueluche tem a ver também com uma preocupação da Igreja, que é da Universidade Católica, enfim, vamos usar a palavra "estar engajada". Eu acho que em nome desse engajamento da Universidade Católica, enquanto entidade vinculada à Igreja, nós estamos ferindo direitos humanos de uma forma muito sofisticada, muito bem trabalhada, etc., e não estamos nos dando conta disso. Então não só no tocante ao profissional, enquanto tal, já pesquisador definido, com sua formação mais ou menos configurada, mas toda essa posição do estudante, do universitário, de ciências humanas, ciências sociais, de Medicina, da área de saúde que vão ao encontro dessas populações e não só deitam sabedoria, como pesquisam as coisas dessa forma e há um profundo desrespeito aos valores, ao estilo de vida, ao modo de ser dessas populações.

Rosa Maria — Eu gostaria só de reforçar um pouco, porque eu acho que foram mais ou menos, os pontos que eu levantei, no meu primeiro depoimento, que é justamente essa situação de dominação do pesquisado. Quando eu disse que eu entro no quarto do casal e não deixo ninguém entrar no meu quarto, essa situação do pesquisado de ser colocado numa vitrina, ocorre justamente por ele estar numa situação de dominado. Então não é só, assim, uma preocupação nossa como pesquisadores, mas uma preocupação com o que está se fazendo com isso. Porque agora não são só os pesqui-

"... depois de feita a pesquisa, a quem servirá?"

sadores, são os alunos. Você encontra não só aluno universitário, mas você encontra aluno de curso secundário fazendo pesquisa em favela, você encontra os jornalistas. Nós estamos tendo em campo, hoje, um trabalho incrível porque os nossos meninos são uns meninos muito diferenciados, claro, eles são amadurecidos por uma vivência extremamente diferente, eles vivem nas ruas, eles cometem crimes, etc. e então esses meninos já estão habituados a dar informação específica para jornalista. Então eles fazem pose e perguntam: "vai sair no Globinho?" Eles nos narraram uma situação, por exemplo, em que a Globo esteve presente, pediu para eles simularem uma briga e falarem muitos palavões, que eles iam sair no Jornal Nacional, etc. Então isso que a Maria Nilde falou é incrivelmente verdade. Nós estamos, de repente, jogando uma quantidade enorme de pesquisa em cima dessa gente e, o que é pior, coisas que são pesquisas e outras que são pesquisas entre aspas que, na realidade, são treinamento de estudantes e profissionais feito às custas dessa população, geralmente de baixa renda, dessa população periférica, que tem mínimas condições de reação. E estamos treinando também esse pessoal para nos receber. Por exemplo, nós temos um grupo de meninos que está muito acostumado a lidar com estudante universitário e eles adquiriram já o hábito de empregar a terminologia de estudante universitário. Nós temos grupos de meninos que estiveram em várias casas da FEBEM onde foram atendidos por psicólogos. Então eles usam o jargão do psicólogo. Eles dizem assim: "Eu vivo num mundo de fantasia, eu não sei botar os pés na realidade", sabe, então para a gente conseguir a fala usual deles, que eles usem a sua linguagem, que eles expressem aquilo que estão sentindo é uma dificuldade, assim, homérica, porque eles estão sendo treinados para serem pesquisados. Quando a gente chega num grupo novo, como por exemplo na semana passada, num cruzamento da Av. Prestes Maia, a gente foi chegando e eles gritavam: "É pesquisa? Em que jornal vai sair?" e faziam poses, "você vai fotografar, você vai filmar?" etc. Então, eu acho que isso reforça aquela colocação acerca da relação de dominação, que deve, inclusive, ser estudada mais profundamente.

Marisa — Eu queria acrescentar uma coisa: depois de feita a pesquisa, elaborado o conhecimento, a quem servirá? No meu campo eu sei bem a quem serve. ●